

Regulamento

Âmbito e Enquadramento

O Programa de Voluntariado Internacional para Arquitectos de Língua Portuguesa é um projecto co-organizado pelo CIALP (Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa) e a CODHAB (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal da República do Brasil).

O Programa possibilita a todos os arquitectos do mundo CIALP, que se encontrem formalmente inscritos nas organizações membros deste Conselho Internacional, a oportunidade de participarem voluntariamente no programa de assistência técnica em Arquitectura e Urbanismo, regularização e projectos para áreas urbanas de interesse social, a realizar-se no Brasil. As ações são inspiradas na Lei nacional do Brasil, Lei 11888/2008, que assegura às famílias de baixos rendimentos, a assistência técnica pública e gratuita para o projecto e a construção de habitação de interesse social.

Através deste projecto, arquitectos e urbanistas poderão participar como voluntários nos dez escritórios de assistência técnica para habitação de interesse social mantidos pela Codhab, sob coordenação de profissionais.

O programa tem como objetivo realizar um intercâmbio de experiências profissionais, permitindo, no entanto, aos jovens arquitectos trabalhar com arquitectos experientes e com valências profissionais bastantes diferenciadas.

A CODHAB oferece alojamento aos voluntários, possibilitando aos interessados a partilha e experiência prática no quotidiano das actividades desenvolvidas no Distrito Federal pela CODHAB.

Entidades Promotoras

- CODHAB | Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal da República do Brasil
- CIALP | Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa

Entidades Co-Promotoras | Organizações Membros do CIALP

- **OAA** . ORDEM DOS ARQUITECTOS DE ANGOLA
- IAB . INSTITUTO DE ARQUITECTOS DO BRASIL

Entidades Promotoras:





Entidades Co-promotoras:











- OAC . ORDEM DOS ARQUITECTOS DE CABO VERDE
- OAGB . ORDEM DOS ARQUITECTOS DA GUINÉ-BISSAU
- **OAM**. ORDEM DOS ARQUITECTOS DE MOÇAMBIQUE
- **OAP** . ORDEM DOS ARQUITECTOS DE PORTUGAL
- OEASTP . ORDEM DOS ENGENHEIROS E ARQUITECTOS DE SÃO TOMÉ E PRINCIPE

Programa de Voluntariado Internacional para Arquitectos

Programa de voluntariado nas Ações Urbanas Comunitárias Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo corresponde a serviços públicos e gratuitos de arquitetura e urbanismo que procuram qualificar o uso das habitações e das suas comunidades nas áreas mais necessitadas do Distrito Federal do Brasil.

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB-DF) tem a finalidade de executar a Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e abrange como principais competências as seguintes:

- Planos, programas e projectos habitacionais;
- Regularização urbanística, ambiental e fundiária;
- Política de desenvolvimento habitacional;
- Projectos sociais e intervenções urbanas;
- Implementação e optimização da qualidade da habitação;
- Remoção de aglomerados informais ilegais;
- Articulação com a união, estados e municípios, relacionados à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride);
- Controlo e avaliação com o objectivo de acompanhamento do Sistema de Habitação do Distrito Federal (SIHAB/DF);
- Fomentar discussão com Entidades de representação.

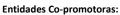
Sobre a CODHAB

As actividades dos voluntários, de caráter técnico, têm foco no desenvolvimento de projectos para melhoria de unidades habitacionais e de espaços públicos. Os profissionais atuam desenvolvendo soluções para salubridade, sustentabilidade, segurança, acessibilidade, economia e qualidade estética. O trabalho é desenvolvido nos escritórios de assistência técnica localizados nas onze áreas de regularização de interesse social (ARIS) do Distrito Federal.

Entidades Promotoras:

















Sobre o CIALP

O CIALP é uma organização não-governamental, registada como associação de direito privado sem fins lucrativos, com sede em Lisboa (Portugal), e constituída pelas associações profissionais de arquitectos dos Países e Territórios de Língua Portuguesa. É parceiro institucional da União Internacional dos Arquitectos (UIA) e observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O CIALP tem como principal ambição a aproximação e a cooperação entre os seus membros, assim como a promoção da arquitectura junto dos povos que falam português, constituindo-se como plataforma para os 150 000 arquitectos de língua portuguesa, ou seja, cerca de 10% dos arquitectos em todo o mundo, para um universo populacional superior a 250 milhões de pessoas dos Territórios de Língua Portuguesa. São membros do CIALP a Ordem dos Arquitectos de Angola, o Instituto de Arquitetos do Brasil, a Ordem dos Arquitectos de Cabo-Verde, a Secção de Goa do Instituto Indiano de Arquitectos (União Indiana), a Ordem dos Arquitectos da Guiné-Bissau, a Associação dos Arquitectos de Macau (República Popular da China), a Ordem dos Arquitectos de Moçambique, a Ordem dos Arquitectos de Portugal e a Ordem dos Engenheiros e Arquitectos de São Tomé e Príncipe. É ainda membro observador o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. O projecto tem três eixos de trabalho:

- 1. Se Essa Rua Fosse Minha: Conjunto de voluntários e técnicos que trabalham na recuperação de fachadas e ruas com limpeza urbana, educação ambiental e revitalização de fachadas. O objetivo é renovar a relação da rua com os moradores, qualificando e transformando coletivamente o espaço público.
- 2. Botando Verde: Conjunto de voluntários e técnicos que procuram a implementação de um paisagismo comunitário. As ARIS do DF apresentam índice de áreas verdes e arborização muito menor que outras áreas de Brasília. O projecto tem como finalidade planejar e executar em mutirões com as comunidades: hortas urbanas, jardins, paisagismo produtivo e arborização.
- re[ciclo] urbano: Encontrar soluções adequadas e criativas para o problema do lixo é fundamental para espaços públicos salubres e agradáveis. Reciclar e reaproveitar pode ser uma boa saída para, de forma sustentável e com baixo custo, transformar áreas públicas com mobiliário urbano: brinquedos, bancos, lixeiras, etc. são algumas possibilidades.

Ações Urbanas Comunitárias é um projecto participativo desenvolvido tendo por base os princípios de voluntariado. As ações somam a participação de técnicos, voluntários, servidores da companhia e moradores das comunidades.

Entidades Promotoras:

















Perfil do Candidato Voluntário

- Mestrado / Licenciatura em arquitectura;
- Inscrito na Ordem dos Arquitectos do país pelo qual se está a candidatar;
- Ter disponibilidade para residir em Brasília durante 6 meses;
- Ter capacidade financeira para residir em Brasília durante 6 meses;
- Responsabilizar-se pela sua deslocação ao Brasil;

Como participar?

Preencher ficha de candidatura;

Documentos a apresentar:

- Cartão de identificação / bilhete de identidade;
- Comprovativo de inscrição na Ordem dos Arquitectos no país onde reside;
- Envio de Curriculum Vitae (máx 10pag);
- Atestado de saúde;

















Direitos e Deveres do Voluntario

Direitos do Voluntário

O voluntário tem direito a:

- Alojamento em residência de voluntários durante acção de voluntariado;
- Sempre que possível, transporte da residência até ao local da acção de voluntariado;
- Receber sempre informações e orientações sobre as tarefas a realizar;
- Ser tratado com respeito pela equipa;
- Ver reconhecido e valorizado o seu contributo por permitir um melhor funcionamento dos projectos;
- Exercer a sua actividade dentro da sua real disponibilidade temporal;
- Ser acompanhado nas suas tarefas;
- Apresentar sugestões para um melhor funcionamento do projecto;
- Apresentar reclamações sobre situações vivenciadas na sua actividade;
- Ser informado sobre a avaliação da sua acção como voluntário;

Deveres do Voluntário:

- Apresentar-se de forma adequada ao desempenho das suas funções;
- Cumprir as regras e permanecer leal aos valores das instituições para as quais estão a exercer o voluntariado;
- Adoptar uma conduta responsável;
- Ter capacidade financeira para deslocação até as áreas de interesse social;
- Ter capacidade financeira para deslocação e permanência no Brasil durante o período do voluntariado;













